

Profa. Dra. da Faculdade  
de Enfermagem da  
Universidade Federal de Goiás.  
Pró-Reitora de Extensão  
e Cultura – UFG.

# A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO PRÁTICA ACADÊMICA NA ATUALIDADE

Ana Luiza Lima Sousa\*

Trabalhar concepções como da extensão é uma construção histórica inacabada e, portanto, em constante transformação. Não há uma construção definitiva, pois estará sempre prescindindo da necessidade de ser revista e avaliada conforme cada momento da existência da própria Universidade.

Na construção de uma concepção para a extensão universitária pode-se identificar, na sua história, diferentes momentos com diferentes olhares. As primeiras práticas extensionistas surgem exclusivamente como difusão de conhecimento. Depois verifica-se um verdadeiro movimento de restauração com um período em que o olhar dos estudantes manifestam esta prática acadêmica como um instrumento de utilização das potencialidades da universidade, aproximando a instituição de ensino e a sociedade. Em outro período identifica-se a prática assistencialista como principal característica da extensão universitária. Buscava-se prestar serviço para a comunidade de forma a suprir necessidades e carências elementares, principalmente em áreas sempre tão desprestigiadas pelos governantes como a saúde e a educação (Sousa, 2000).

A concepção que ora identifica-se na maioria das universidades brasileiras, é o resultado da própria construção de uma definição para a universidade brasileira. A uni-

versidade é repensada partindo de sua inserção na sociedade e da sua capacidade em estar respondendo aos desafios impostos pela realidade social (Moreira, 1998:12).

Esta é uma universidade que transforma e que contribui com a produção do conhecimento, com a formação dos profissionais cidadãos e com articulação destas práticas – pesquisa e ensino, com as demandas sociais.

Reis (1992:68) afirma que foi a partir de 1985, “com um novo quadro de forças emergentes” no país, que começaram a surgir novas iniciativas com relação à extensão universitária. Discutia-se a necessidade de sair dos seus próprios muros, de sair dos gabinetes, de renegar o academicismo estanque e a produção de um conhecimento compartimentado ao extremo. O compromisso com a população passou a ser o eixo das atividades e a extensão passou a ser entendida como articuladora do ensino e da pesquisa, “vinculando-as ao exercício de transformação da sociedade.”

A extensão universitária assume neste contexto de construção de uma concepção própria o seu papel de instrumento articulador. Esta visão é anunciada, ainda na década de 80, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, que anuncia o conceito de extensão como sendo *... o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade (...)*

*Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do*

*social (Fórum, 1990).*

Dentro desta concepção pode-se perceber o papel fundamental da prática extensionista em nossas universidades. É esta prática que assume o princípio da indissociabilidade da extensão, pesquisa e ensino como fundamento para a existência da universidade, pois é, partindo desta concepção, que se coloca a “articulação da universidade com a sociedade como ponto focal da vida acadêmica” e a extensão como provocadora deste diálogo (Moreira, 1998:12).

A Extensão, enquanto instrumento, promove a articulação tanto intra-muros quanto fora da universidade, sendo essa integração universidade/sociedade o próprio resultado da pesquisa e do ensino articulados.

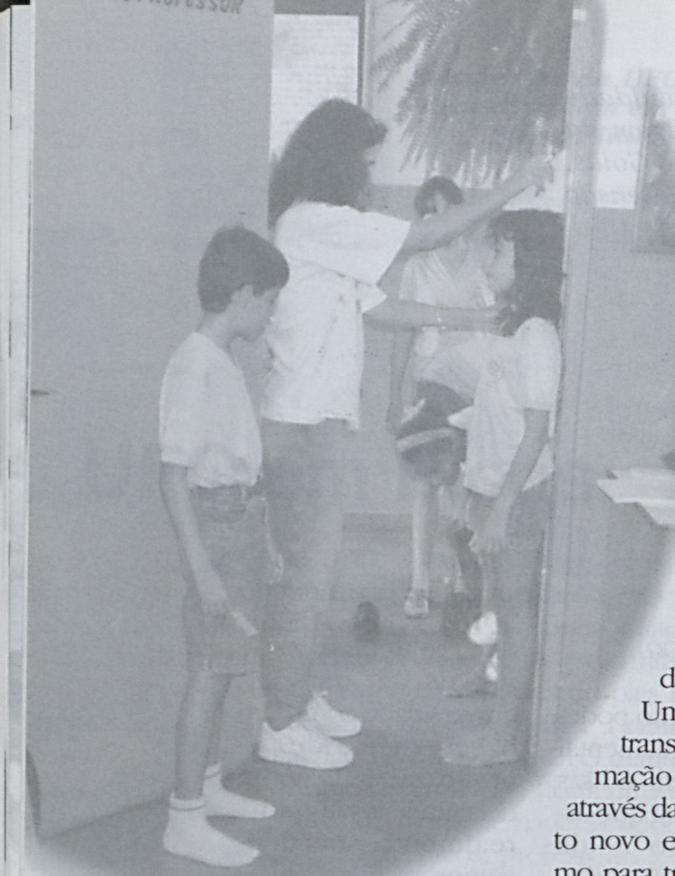
A universidade sempre esteve comprometida socialmente com alguém. Na medida que entendemos que a universidade é uma instituição social, torna-se ilógico tentar tratá-la de forma dicotômica, como se universidade e sociedade fossem entidades autônomas. O contexto sócio-econômico, político e cultural que circunscreve a academia também a perpassa, portanto, universidade e sociedade evoluem, conjuntamente, em relações recíprocas e de maneira dialética. O que nos interessa é indagar sobre com quem ela tem se comprometido e a quais interesses tem servido, via exercício da extensão (Sousa, 2000).

A extensão universitária ressurgiu como instrumento a ser utilizado pela universidade para a efetivação do seu compromisso social e também como articuladora de suas relações. Ela vai receber, desde o seu início, a responsabilidade de efetivar este compromisso. Tem a responsabilidade precípua de efetivar

as relações sociais da universidade com o seu meio, de modo tal a fazer dela uma instituição realmente social e comprometida com as necessidades da sociedade de seu tempo.

Parece que estamos vivendo um terceiro momento de recriação da extensão universitária, onde esta prática apresenta uma chance de recuperação social das universidades. E paralelo a isto identifica-se uma provocação pela prática da extensão através da prestação de serviços, e portanto, como geradora de recursos. É um paradoxo que necessita ser entendido e desvendado.

Como prestação de serviços não deve ser assumida apenas pelo serviço em si, mas deve representar um momento de produção do conhecimento e mesmo de distribuição do conhecimento produzido. Deve estar caracterizada como mediadora da interlocução com a sociedade e como fonte do conhecimento novo que carrega em si a marca da transformação (Moreira, 1998:25). É a Extensão o instrumento necessário para que o produto da Universidade – a pesquisa e o



idade; ser o instrumento de resgate destas possibilidades. A universidade precisa imiscuir-se “ativamente na vida prática”, como construtora e organizadora de uma nova sociedade (Gramsci, 1989:3-10).

Portanto, essa concepção que se vem construindo sobre extensão universitária deverá refletir sobre sua prática e, conseqüentemente, sobre o próprio modelo de universidade e de sociedade que se almeja para o país.

Uma universidade que seja transformadora, através da formação de profissionais cidadãos, através da produção do conhecimento novo e disponibilização do mesmo para transformação da vida e da sociedade (Fernandes, 1989:149).

Todas as fases de construção desta concepção podem ser identificadas na história de nossa Universidade Federal de Goiás. Existem momentos em que a prática extensionista foi aplicada como instrumento de transformação da sociedade e de aproximação da academia. E houve também o período em que a prática foi essencialmente assistencialista. Foram todos períodos de muita efervescência e de muita atividade. Estas práticas foram assumidas por professores e alunos decididamente comprometidos, não só com a universidade, mas também com a comunidade extramuros.

Atualmente vivemos um momento que se assemelha a uma busca de formas e características ainda não definidas, como reflexo do que acontece no próprio cenário de outras IFES. E são muitas as dificuldades e obstáculos a serem vencidos no caminho de uma prática articuladora e de transformação social.

Existem mais de trezentos projetos de extensão e cultura registrados na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFG. São projetos que assumem características diversas e que são possíveis de serem identificadas *a priori* de sua implantação.

Primeiro pode-se perceber a presença dos vários momentos históricos da extensão no Brasil em todo o catálogo. Existem cursos para a difusão do conhecimento, democratização da acessibilidade e even-

tos diversos com características acadêmicas e ações comunitárias.

Outro ponto que se distingue é a tipologia em que os projetos se apresentam. Ao identificá-los observa-se uma diversidade de tipos aceitos como prática extensionista. Há no catálogo projetos de eventos, cursos, prestação de serviços, oficinas, mostras, ações comunitárias, produções de livros, cartilhas, e outros.

Existe atualmente, por parte do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão uma proposta de estruturação desta linguagem. Assim, a tipologia dos programas e projetos de extensão deverão estar passando por algumas alterações no sentido de construção de um modelo aplicável para avaliações e planejamentos na área.

Uma terceira característica possível de ser percebida em nosso catálogo é uma interdisciplinariedade quase que natural nas propostas. Verificam-se projetos em que o seu registro conta com participantes de diferentes unidades acadêmicas e áreas. E como não há esta exigência como critério para cadastramento, entende-se que tem sido um curso natural da prática extensionista em nossa universidade.

A quarta característica perceptível é o fato de que as modalidades culturais estão sempre presentes, em algum formato, associadas às práticas de assistência, de ações comunitárias e outras. Há um cuidado aparente em que as ações extensionistas sejam transformadoras em todos os níveis. Assim, uma oficina de capoeira é mais do que a expressão corporal, é também o resgate de tradições e o estímulo ao compromisso com nossa história. O que pode ser entendido como ações que se pretendem realmente como transformadoras e de práticas cidadãs.

Nesta busca por encontrar o melhor caminho da prática extensionista em nossa universidade ainda temos muito o que trabalhar. No entanto, as características apontadas acima são como indicadores

que estão nos mostrando as direções. E, ao mesmo tempo, têm servido para nos auxiliar a identificar nossos desvios e nossas dificuldades.

Nestes 40 anos de existência da UFG a extensão tem participado de toda construção de nossa vida acadêmica. As dificuldades são diferentes daquelas que poderiam ser narradas para o ensino e para a pesquisa, mas não por descrédito ou descaso, e sim por singularidades da própria extensão. E há também aquelas dificuldades que são compartilhadas.

Um ponto fortemente percebido como obstáculo para ações extensionistas é a ausência de fomentos específicos para a execução de tais projetos. O período do assistencialismo, quando a universidade podia assumir os custos de suas operações extensionistas, através de recursos públicos, firmou-se na comunidade extramuros e mesmo internamente, como ideal e como o formato possível. A diferença que vivemos nos dias atuais, e que inviabiliza este pensamento, é a ausência dos mesmos fomentos. Faltam recursos para toda a universidade e não é diferente na extensão. Então, a **extensão universitária**, indissociada da pesquisa e do ensino, luta, com sua prática transformadora, por uma universidade que continue pública, laica, gratuita e de qualidade.

### Referências Bibliográficas

- Fernandes, Florestan. **O Desafio Educacional**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989. 264p.
- FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (1-3.:1987-1989). **Documentos Finais**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990. 47p.
- Gramsci, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 7.ed. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira, 1989. 244p.
- Guadilla, Carmen Garcia. **Produccion y Transferencia de Paradigmas Teóricos en la Investigación Socio-Educativa**. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 1987. 189p.
- Moreira, Ivan Targino. A extensão nas universidades brasileiras: notas para a discussão. **Revista de Extensão**. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa: Editora Universitária, 1998; ano III, n. 7:9 – 27.
- Reis, Renato Hilário dos. A Institucionalização da Extensão. in: **Educação Brasileira**, v.14, n.28, p.67-81, jan./jun. 1992.
- Sousa, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. Campinas: Editora Alínea, 2000.

ensino - esteja articulado entre si e possa ser levado o mais próximo possível das aplicações úteis na Sociedade.

Por outro lado, a partir do momento em que uma concepção de extensão universitária passa a ser assumida pelos sujeitos de sua prática, definem-se os caminhos que podem ser trilhados. Mas isso significa também a possibilidade da produção de um conhecimento que esteja atendendo às demandas e às expectativas das próprias regiões onde a academia sobrevive, sem a necessidade de importação única de idéias e modelos estrangeiros.

Seria a universidade atuando dentro dos “limites das possibilidades reais”, atuando sobre o possível, dentro do socialmente justo, na construção de uma cultura própria (Guadilla, 1987:75).

Está nas mãos da extensão universitária fazer com que a própria universidade seja relevante socialmente. A defesa da extensão, como prática indissociada, é a defesa da própria universidade. É este o papel histórico da extensão: aproximar a universidade da soci-